



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

EDEMILSON BANDEIRA BARBOSA

ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E IDENTIDADES TERRITORIAIS:
AS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU NO POVOADO SÃO FÉLIX,
IMPERATRIZ-MA

Imperatriz
2022

EDEMILSON BANDEIRA BARBOSA

ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E IDENTIDADES TERRITORIAIS:
AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO POVOADO SÃO FÉLIX,
IMPERATRIZ-MA

Monografia apresentada ao Curso de Geografia Licenciatura, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientadora: Keilha Correia da Silveira

Imperatriz
2022

B238e

Barbosa, Edemilson Bandeira

Economia de subsistência e identidades territoriais: as quebradeiras de coco babaçu no povoado São Félix, Imperatriz- MA / Edemilson Bandeira Barbosa. – Imperatriz, MA, 2022.

40 f.; il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022.

1. Exploração vegetal. 2. Coco babaçu. 3. Quebradeiras de coco. I. Título.

CDU 91(812.1)


EDEMILSON BANDEIRA BARBOSA

ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E IDENTIDADES TERRITORIAIS: AS
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO POVOADO SÃO FÉLIX, IMPERATRIZ-
MA

Monografia apresentada ao Curso de Geografia Licenciatura, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovado em 31 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Keilha Correia da Silveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Profa. Dra. Liriane Gonçalves Barbosa (Examinadora interna)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Prof. Dr. José Geraldo Pimentel Neto (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Aos meus familiares e amigos, em especial aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer, primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e assim poder chegar a este momento tão especial.

Aos meus pais, Maria de Nazaré Bandeira Barbosa e José Rodrigues Barbosa; a minha esposa Katiane Lima Mendonça Bandeira; aos meus filhos Márcio Gabriel Mendonça Bandeira e Guilherme Mendonça Bandeira, pela compreensão e apoio em todos os momentos.

Aos meus irmãos e irmãs, em especial ao meu irmão Edilson Bandeira Barbosa com quem convivi a maior parte da minha vida sempre apoiando e me dando força.

Aos meus professores do curso de Geografia Licenciatura da UEMASUL; especialmente a professora Keilha Correia da Silveira pelas orientações.

Aos colegas do curso pela amizade e pela parceria, em especial ao Francisco Izailson Mesquita Leal com quem participei do estágio do curso e recebi apoio no desenvolvimento do TCC.

A todos os familiares e amigos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste sonho, muito obrigado a todos.

“Nenhum saber é saber completo” (Galileu Galilei)

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a situação das quebradeiras de coco babaçu do povoado São Félix em Imperatriz, Maranhão. Frente as dificuldades de acesso à terra, motivadas pelo avanço da pecuária, silvicultura e monocultura na região. Ademais, caracteriza a história do extrativismo do coco babaçu no Maranhão, com ênfase na região das quebradeiras de coco do povoado São Félix, analisa as dificuldades e os desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco, no desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência e extração do coco babaçu, identificando o dinamismo econômico e a diversidade produtiva utilizada para consumo e comercialização do coco babaçu e da palmeira, na comunidade das quebradeiras de coco. Além da revisão de literatura pertinente, analisa-se dados referentes às áreas de extrativismo vegetal, plantio de coco babaçu e dinâmica econômica e territorial das quebradeiras de coco, a partir de pesquisas de campo, acervo fotográfico e análise de dados secundários coletados na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo-se como recorte da pesquisa a comunidade das quebradeiras de coco no povoado São Felix em Imperatriz, Maranhão. Os resultados indicam uma dinâmica econômica específica de atividades diretamente relacionadas ao extrativismo de subsistência e apontam constante reorganização territorial e socioespacial das quebradeiras de coco frente às recorrentes transformações dos espaços naturais.

Palavras-chave: Coco babaçu, Quebradeiras de coco, Povoado São Félix, Imperatriz-MA.

ABSTRACT

This paper aims to understand the situation of babassu nut breakers from the São Félix village in Imperatriz, Maranhão. In face of the difficulties of access to land, motivated by the advance of cattle raising, forestry, and monoculture in the region. Furthermore, it characterizes the history of babassu nut extraction in Maranhão, with emphasis on the region of the babassu nut breakers in the São Félix village. It analyzes the difficulties and challenges faced by the babassu nut breakers in the development of subsistence family agriculture and babassu nut extraction, identifying the economic dynamism and productive diversity used for the consumption and commercialization of the babassu nut and palm tree in the community of babassu nut breakers. In addition to a review of pertinent literature, the study analyzes data related to vegetal extraction areas, babassu coconut plantations, and the economic and territorial dynamics of the babassu nut breakers, based on field research, photographic collection, and analysis of secondary data collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) database. The research focuses on the community of babassu nut breakers in the village of São Felix in Imperatriz, Maranhão, Brazil. The results indicate a specific economic dynamic of activities directly related to subsistence extractivism and point to the constant territorial and socio-spatial reorganization of the nut breakers in the face of recurring transformations in natural spaces.

Keywords: Coconut babassu, Coconut breakers, Povoado São Félix, Imperatriz -MA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Frentes de ocupação do Sul do Maranhão	25
Figura 2 – Localização do povoado São Felix, Imperatriz-MA	28
Figura 3 – Sede das quebradeiras de coco no povoado São Felix	29
Figura 4 – Palmeiras de babaçu do povoado São Felix	30
Figura 5 – Processo produtivo do azeite de coco	31
Figura 6 – Variedade de comercialização coco babaçu, povoado São Félix	31
Figura 7 – Áreas plantio de eucalipto próximo ao povoado São Felix	33
Gráfico 1 – Volume de produção de babaçu no Brasil	20
Gráfico 2 – Produção de babaçu por UF	21
Gráfico 3 – Produção e babaçu (amêndoas) no Maranhão	24
Gráfico 4 – Evolução da população rural e urbana por gênero	26
Gráfico 5 – Produto Interno Bruto de Imperatriz	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	IDENTIDADES TERRITORIAIS E ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA	15
2.1	IDENTIDADE TERRITORIAL E DINÂMICA DA SOCIEDADE: UMA VISÃO DA GEOGRAFIA .	15
2.2	EXTRATIVISMO VEGETAL DO BABAÇU E A ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA	17
3	O EXTRATIVISMO ENQUANTO ATIVIDADE ECONÔMICA	22
3.1	O EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA LÓGICA GEOGRÁFICA ECONÔMICA	22
3.2	O EXTRATIVISMO EM IMPERATRIZ: UMA ABORDAGEM DA DINÂMICA ECONÔMICA GEOGRÁFICA	25
4	UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NO POVOADO SÃO FELIX.....	28
4.1	POVOADO SÃO FELIX: LOCALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	28
4.2	UMA ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA E TERRITORIAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO POVOADO DE SÃO FELIX	29
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS.....	36
	APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO.....	39

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa discute as transformações na economia de subsistência e a identidade territorial das quebradeiras de coco no povoado de São Felix em Imperatriz, Maranhão. Debate-se a escassez das áreas anteriormente arrendadas pelos donos de terras para o cultivo da agricultura familiar e extração do coco babaçu, forçando a comunidade a se adaptar e diversificar seu modo de produção, a fim de garantir a sobrevivência, preservação e manutenção do sistema de extrativismo vegetal.

Durante o longo ciclo de industrialização brasileira (1930-1980), à estratégia de “integração”, delineada no pós-guerra, marca um movimento de urbanização das metrópoles e cidades médias, por um imenso contingente populacional integrante do setor rural. Tal concentração demográfica passou longe de eliminar o setor de subsistência, pois a transposição populacional não está associada somente ao crescimento de uma massa assalariada no mercado urbano, mas também ao enorme contingente de trabalhadores sem vínculo direto com a economia formal e sem inserção ao mercado de trabalho (DELGADO, 2004).

Historicamente, a agricultura de subsistência, existe desde as primeiras formas de produção do período colonial, e atualmente é responsável por expressiva força de trabalho no campo. A agricultura de subsistência é uma forma produtiva social onde a principal característica é a participação do produtor em todas as etapas do processo produtivo, a fim de garantir sua subsistência, da família e da comunidade em que está inserido. A economia produtiva maranhense tem forte ligação com diversas formas de atividade rural, como a agricultura familiar, produção de autoconsumo e subsistência, sendo esse último, o caso das quebradeiras de coco, do Povoado São Félix, Imperatriz-MA (CORREIA, 2013).

No Maranhão, são comuns as áreas de babaçuais, o extrativismo (coleta e quebra) do babaçu é realizado, sobretudo por mulheres trabalhadoras rurais, identificadas como quebradeiras de coco, atividade fundamental para a economia familiar. O extrativismo do babaçu se apresenta como uma atividade primordialmente existente desde a formação do campesinato maranhense, tendo sua importância econômico/comercial acentuada quando o mesmo adquiriu valor de mercado, fato que só ocorreu a partir do final do século XIX (CORREIA, 2013; DELGADO, 2004).

A construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu, está marcada pelo uso intenso do território e pelas formas de organização e espacialização desse

grupo de pessoas, frente sua atividade econômica. A atividade primária extrativista que circunscreve a coleta de coco babaçu, passou ao longo dos anos por excessivas mudanças de caráter produtivo e estrutural, quanto à interesses de ordem econômica/comercial de órgãos governamentais e não governamentais (REGÔ; ANDRADE, 2005).

Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral compreender a situação das quebradeiras de coco babaçu do povoado São Félix em Imperatriz-MA, frente as dificuldades de acesso à terra, motivadas pelo avanço da pecuária, silvicultura e monocultura na região. E como objetivos específicos: caracterizar a história do extrativismo do coco babaçu no Maranhão, com ênfase na região das quebradeiras de coco do povoado São Félix; analisar as dificuldades e os desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco, no desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência e extração do coco babaçu; identificar o dinamismo econômico e a diversidade produtiva utilizada para consumo e comercialização do coco babaçu e da palmeira, na comunidade das quebradeiras de coco.

Metodologicamente, além da análise bibliográfica, analisa-se dados referentes às áreas de plantio de coco babaçu e extrativismo vegetal a partir de análise de dados coletados na base de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Tendo a metodologia aqui aplicada, um olhar voltado à geografia tradicional, empírica e positivista, o acesso aos dados aqui expostos, sucedeu-se mediante pesquisa de campo e entrevista direcionada aos moradores do Povoado São Félix, onde foi possível realizar a confecção do acervo fotográfico, seguido da aplicação de um questionário socioeconômico, ambiental e cultural, onde foram entrevistadas as principais lideranças da associação das quebradeiras de coco do povoado, de modo a identificar o dinamismo econômico e a diversidade produtiva de consumo e comercialização do coco babaçu e as dificuldades enfrentadas na comunidade das quebradeiras de coco do povoado.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está dividido em três seções temáticas. Inicia-se discutindo a economia de subsistência e as identidades territoriais, em seguida, discute-se, o extrativismo do coco babaçu no Maranhão e em Imperatriz na seção em que se caracteriza o extrativismo quanto atividade econômica. Por fim, os resultados são discutidos na seção que aborda o

estudo de caso na comunidade das quebradeiras de coco no povoado São Félix em Imperatriz, Maranhão.

2 IDENTIDADES TERRITORIAIS E ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA

2.1 IDENTIDADE TERRITORIAL E DINÂMICA DA SOCIEDADE: UMA VISÃO DA GEOGRAFIA

Há um consenso por parte dos estudiosos da Geografia que o território é um dos conceitos mais significativos da ciência geográfica, seguido de espaço, região, lugar e paisagem. No território expressam-se dimensões de unidade e conflituosidade. São relações de caráter cultural, social, político, econômico e religioso, circunscritos à sociedade territorialmente.

Os territórios devem ser compreendidos diante de uma perspectiva integradora, politicamente estruturada, com apropriação simbólica e identitária. “[Territórios] são construídos (e desconstruídos) em escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 2008, p. 81).

O território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. O território é efetivado quando ocorre a manifestação e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, onde existem homens há relações e, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações e são estas que cristalizam o território e as territorialidades plurais. (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 16).

As relações de pertencimento, que envolve o lugar e o território, apontam, inevitavelmente, à discussão de identidade. O conceito de identidade é bastante complexo e sem afirmações conclusivas. A diversidade de abordagens e concepções, evidência sua complexidade de síntese. Ao analisar a questão da identidade Castells (1999, p.22) a conceitua como “a fonte de significado e experiência de um povo”. A identidade, enquanto produto sociocultural pode ser objeto de interesse geográfico quando está em condições de determinar modificações estruturais relacionadas ao espaço geográfico.

Cabe reconhecer que toda e qualquer identidade é constituída por meio das relações de poder, dessa forma, torna-se imprescindível reconhecer a complexidade em relação a sua construção, pois a identidade territorial é uma “relação identitária que liga uma determinada comunidade ao seu espaço vivido” (CALDO, 1996, p.285).

A identidade territorial geográfica não deve ser meramente referida a dimensão espacial do fenômeno identitário, ao contrário, deve ser utilizada para representar ligações de pertença que criam territórios ou espaços vividos. Assim, o território caracteriza-se como um espaço relacional que se estrutura no tempo como produto de sedimentação cultural, um processo identitário que se instaura entre comunidade e espaço que se apropria (POLLICE, 2010).

Segundo Raffestin (1993), o espaço torna-se território de um ator que não somente são tomados em relação social de comunicação, troca, produção, trabalho e cooperação. Em síntese, território deve ser entendido como aquela porção na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual e coletivo, decorrente do processo de interação entre si.

A identidade geográfica de fato, é antes de qualquer coisa, um produto cognitivo, resultado de um processo de análise representativa que nos permite elucidar um determinado âmbito espacial do próprio entorno (POLLICE, 2010). Em outras palavras pode se dizer que, a identidade territorial nasce por de um processo autorreferencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de âmbito espacial, e identidade geográfica refere-se a uma representação operada de fora com finalidades meramente descritivas e interpretativas, ou seja, trata-se de uma identificação em curso (POLLICE, 2010; HAESBAERT, 1999).

O território pode ser entendido como espaço de pertença afetiva, tornando-se assim produto afetivo, social e simbólico, por meio das identidades locais ali desenvolvidas (SEQUET, 2015; POLLICE, 2010). A identidade reveste um papel fundamental em todos os momentos aos quais se articula, sobretudo, aos processos de territorialização. A identidade não é um fenômeno estático, e sim dinâmico, resultado da interação entre sociedade e seu espaço. Dessa forma, a identidade territorial, não é um conceito abstrato, mas sim um componente essencial dos lugares, antes, se poderia defini-la como própria matriz identitária em que o lugar se estrutura, e se diferencia do entorno geográfico (POLLICE, 2010; HAESBAERT, 1999; CALDO, 1996).

Portanto, tais considerações evidenciam a estreita relação que liga o conceito de identidade territorial ao conjunto único de caracteres físicos, de mensagens culturais e sensações emotivas, que faz do lugar aquilo que ele é, ou o torna diverso

e único em relação a qualquer outro lugar (POLLICE, 2010; HAESBAERT, 1999; CALDO, 1996).

2.2 EXTRATIVISMO VEGETAL DO BABAÇU E A ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA

O extrativismo compreende, de forma ampla, todas as atividades de extração diretamente ligadas à natureza, uma das atividades mais antigas do mundo. Historicamente o extrativismo vegetal, em território brasileiro, configurou-se como a primeira forma de exploração dos recursos naturais, a partir da exploração e coletas das “drogas do sertão”, e do pau-brasil, considerado marco inicial da economia brasileira (MATOS, 2015; BRASIL, 2016).

O extrativismo vegetal ocorre com maior intensidade na região norte, sendo muitas vezes realizado de forma individual, coletiva ou por empresas. Dessa forma, esse extrativismo pode ser contido como valor de troca. Na Amazônia, cerca de treze mil famílias praticam o extrativismo como principal atividade de renda. Em regiões ribeirinhas, além da agricultura de subsistência, a prática do extrativismo está presente em todos os aspectos de manutenção de sua comunidade (MATOS, 2015, 2013; HOMMA, 1996).

O extrativismo vegetal em origem caracteriza-se em dois seguimentos: madeireiros (madeira em tora, lenha, carvão vegetal, nó-de-pinho) e não madeireiros (amêndoas de babaçu, castanha do Pará, erva-mate, frutos e palmito). Segundo Homma (1986), o extrativismo vegetal possui duas formas de extração, o extrativismo por aniquilamento/predatório e o extrativismo de coleta não predatório. O processo de extração por aniquilamento se desenvolve quando a exploração do recurso natural extrativo suscita sua extinção, tendo em vista, que sua regeneração é inferior à sua competência de extração. Assim, no extrativismo de coleta, o processo de extração do produto ocorre de forma que mantém a integridade natural do ambiente e da planta-matriz, á exemplo, o extrativismo do coco babaçu, castanha do Pará e da seringueira (HOMMA, 1996).

A intensidade dos desmatamentos acumulados ao longo dos anos de 1980-1990 passou a ser questionados em relação à exploração e ao uso dos recursos

ambientais, diante do recorrente fracasso ecológico e social das grandes políticas de desenvolvimento da Amazônia e áreas de fronteira agrícola.

O extrativismo vegetal é considerado modelo ideal de desenvolvimento adequado para a Amazônia e regiões de fronteira agrícola, por expor alta sustentabilidade do ponto de vista, agrônômico e ecológico, caso, por exemplo, das Reservas Extrativista – RESEX. A reserva extrativista constitui por meio de forma jurídica a possibilidade de exploração constante, e a comercialização de vários produtos naturais, por meio do manejo territorial controlado pela população local. O funcionamento da reserva é regulado por uma relação contratual entre o poder público e as comunidades reconhecidas como guardiã do patrimônio natural (BRASIL, 2016).

A partir de 1990, as reservas extrativistas passaram a fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, tendo sido regulamentadas por meio do Decreto nº98.897, de 30 de janeiro de 1990. Diante disso, os assentamentos extrativistas são tidos como assentamentos humanos por meio de garantia de posse até então empregado na colonização (HOMMA, 1996). Assim, designa-se reserva extrativista qualquer área já ocupada por populações que vivem da coleta de recursos florestais, regularizada por meio da concessão de uso, movida pelo o estado para associações legalmente constituídas, conferida economicamente segundo plano de manejo, orientado para benefício social da população por meio de projetos sociais.

Dessa forma, diante dessas novas conjecturas quantos a criação dessas reservas ecológicas, diferentemente das políticas clássicas de ocupação da Amazônia, é desenvolvida novas relações entre a sociedade e seus territórios. Entretanto, reitera-se que tal modelo de desenvolvimento, ancorado no extrativismo vegetal de coleta florestal, retrata um estágio mais atrasado de economia, a economia de enclave, (MATOS, 2013).

O extrativismo do babaçu é uma atividade de cunho secular praticada e desenvolvida como atividade de subsistência ou complemento de renda familiar, praticada predominantemente por mulheres que, a fim de garantir a continuidade da atividade, ensinam as técnicas necessárias para o desenvolvimento da atividade aos seus descendentes. Todavia, diante da considerável importância e amplitude em diversos estados, as áreas de cocais encontram-se constantemente sendo destruídas.

Mais de 18 milhões de hectares do território brasileiro são cobertas por florestas secundárias de palmeira de babaçu. No entanto, nas regiões onde

o extrativismo se desenvolve como atividade econômica é cada vez mais intensa a ação devastadora de grandes empreendimentos privados, que além de ameaçarem a sobrevivência de mais de 300 mil extrativistas do babaçu, vem causando a destruição de matas. (MATOS, 2013, p.45.)

Ainda que o babaçu seja uma fonte de renda sustentável, grande parte dos maiores investimentos brasileiros em áreas agrícolas são destinados a monocultura de soja, milho e eucalipto, estando essas atividades diretamente relacionadas ao agronegócio. O extrativismo vegetal de babaçu é um dos mais representativos em território nacional, em razão da sua abrangência de 18 milhões de hectares localizados em 279 municípios, em 8 estados (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012). As florestas de babaçus são áreas secundárias em razão da ação antrópica, visto que com a degradação e queimadas de áreas florestais primárias, os babaçus se estabelecem e se proliferam, já que são resistentes ao fogo. Entretanto, diante de tal ação demoraram a si recuperarem, dificultando a manutenção natural do ecossistema natural e a vida de quem depende coco como atividade de subsistência (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012; MATOS, 2013).

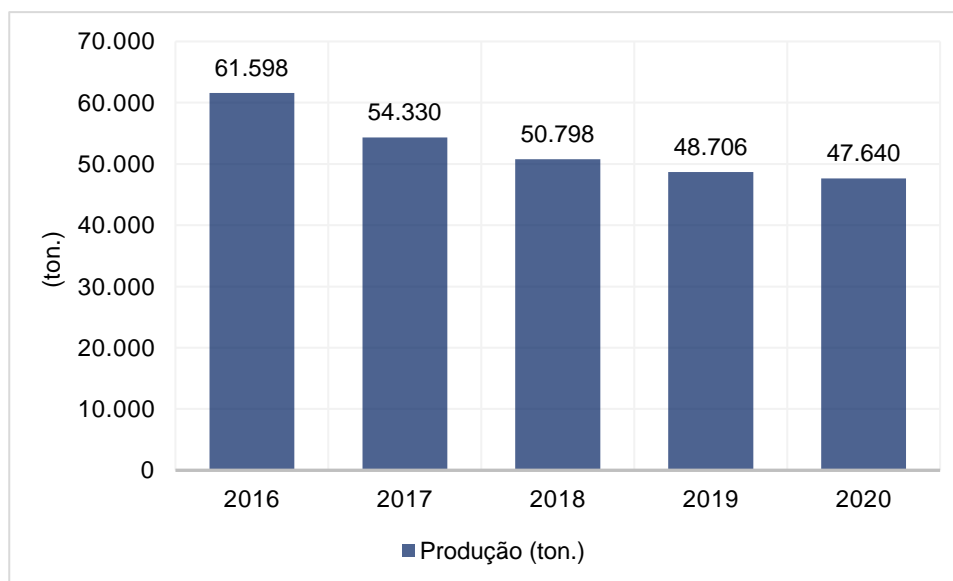
Muitas áreas de babaçuais se localizam em fazendas, onde muitas vezes são envenenadas e destruídas para dar lugar a pastos para criação de bovinos. Segundo Almeida et al (2005), a atividade pecuária é apontada como principal atividade devastadora, responsável por cerca de 80% de toda área desmatada da Amazônia Legal, e conseqüentemente dos babaçuais.

Tendo em vista os aspectos mencionados, cabe ressaltar que, os fazendeiros contribuem com enorme porcentagem no que diz respeito a destruição do meio ambiente com um todo. Tal ação afeta de forma significativa a produção de babaçu, vista que a mesma diverge uma região para outra, dependendo exclusivamente das condições e particularidades climáticas, podendo o babaçu variar de quantidade, qualidade, tamanho e produtividade.

Segundo dados do censo agropecuário, a amêndoa do babaçu é classificada com o segundo produto florestal não madeireiro mais vendido no Brasil, com cerca de 70 mil toneladas anuais. Dentre esses dados não são computadas a venda de subprodutos do babaçu, não podendo assim ser dimensionado adequadamente a importância das vendas locais, tendo assim, uma desconcentração da produção e do número de pessoas envolvidas nessa atividade (CONAB, 2021).

Como pode ser observado abaixo (gráfico 1), a produção de babaçu em 2020 foi de 47.706 mil toneladas, quantidade 2,2% menor que em 2019, quando a produção nacional de babaçu foi de 48.706 mil toneladas, sendo que em 2019 a produção já apresentara uma redução de 4,1% em relação ao ano anterior quando a produção foi 50.798 mil toneladas (CONAB, 2021).

Gráfico 1 – Volume de produção de babaçu no Brasil



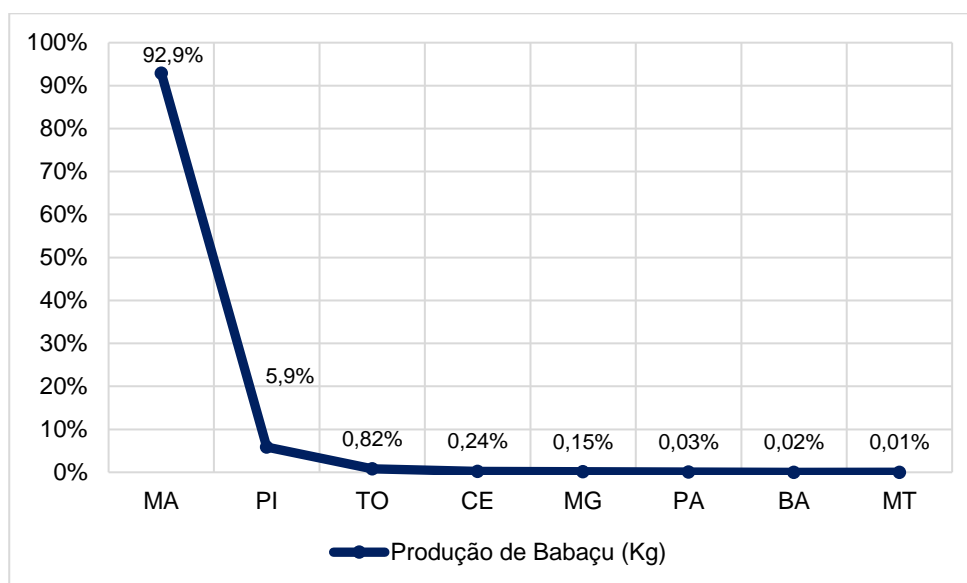
Fonte: CONAB (2021), elaborado pelo autor (2022)

Durante o período analisado, a amêndoa de babaçu perdeu cerca de 50% da sua produção. É imprescindível ressaltar que a perda do espaço do babaçu no mercado como um todo também pode estar relacionado ao custo e a escassez das áreas de preservação e cultivo. Nos dados evidenciadas acima, fica claro que a produção de venda dos subprodutos provenientes do babaçu é maior que os dados oficiais disponibilizados nas bases de dados governamentais, pois os dados aqui apresentados não refletem a totalidade real dos fatos, visto que grande parte da produção do babaçu fica na própria comunidade e família, comercializadas muitas vezes em vendas locais e informais nos próprios municípios.

A incidência da palmeira do babaçu é maior nos estados do Maranhã, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Rondônia. Entretanto, é no estado do Maranhão, sudoeste do Pará, Tocantins e Piauí que o extrativismo se desenvolve com uma atividade econômica e com mobilização política realizada pelas quebradeiras de coco babaçu.

Como mencionado anteriormente, o estado Maranhão destaca-se com a maior proporção da produção de amêndoas de babaçu, tendo 92,9% de produção extrativista no quantitativo nacional, seguido do Piauí com 5,9% (gráfico 2). No entanto, Tocantins, Ceará e Pará também são referência na produção do coco e da amêndoa de babaçu como economia de subsistência, gerando renda às quebradeiras de coco, sua família e comunidade.

Gráfico 2 – Produção de Babaçu por UF



Fonte: CONAB (2021), elaborado pelo autor (2022)

Ainda que o principal produtor de amêndoas de babaçu no Brasil seja o Maranhão, e que outros estados produtores tenham um peso pequeno na balança produtiva nacional, a produção da amêndoa tem importância relevante na geração de renda para milhares de famílias que sobrevivem do extrativismo vegetal e da quebra do coco babaçu. Portanto, diante desse alto índice de produtividade, ver-se a necessidade de desenvolvimentos de estruturas que mantenha e incentivem essa atividade, visto que a palmeira do babaçu atualmente se tornou símbolo de resistência e luta em vários estados da federação, sobretudo no estado do Maranhão.

3 O EXTRATIVISMO ENQUANTO ATIVIDADE ECONÔMICA

3.1 O EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA LÓGICA GEOGRÁFICA ECONÔMICA

Grande parte das transformações no Maranhão, foram impulsionadas pela pluralidade de territórios e espaços produzidos e reproduzido pelos migrantes. Durante a formação socioeconômica do Maranhão, ao longo do período colonial, as atividades econômicas primárias produzidas em seu território foram o alicerce e força de atração temporário de pessoas, que constituiu seus primeiros arranjos sociais e urbanos (MESQUITA et al, 2015; TROVÃO, 2008). As características e as particularidades geográficas estaduais, assim como a demarcação territorial da Amazonia Legal, estabelecidas no final do século XX, situaram o Maranhão como importante estado de transição entre as regiões norte e nordeste e importante fronteira agrícola em relação aos seus recursos naturais (TROVÃO, 2008).

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão-de-obra no próprio Nordeste, usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Paraíba, tendo como entrada Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas. (TROVÃO, 2008, p. 24-25).

A organização da produção agrícola maranhense, principalmente as destinadas ao mercado externo (algodão), baseavam-se nas grandes propriedades de terras e no trabalho escravo. Com a abolição da escravatura, o mercado de algodão, sofre um grande golpe, resultado de concorrência comercial acirrada (MESQUITA et al, 2015).

Assim, “em termos estruturais assiste-se a um parcelamento da grande propriedade (latifúndio) e, conseqüentemente, à proliferação de pequenas áreas (de proprietários ou não) responsáveis pela produção, agora, de matéria-prima comercial importante como o tradicional algodão, mas, sobretudo pela produção de subsistência que passa a ganhar importância juntamente com um produto até então desconhecido do mercado, o coco babaçu” (MESQUITA, 1990, p. 3). A partir disso, inicia-se a consolidação de pequenas produções familiares, desenvolvida por ex-escravos,

moradores de latifúndios, e, sobretudo, por migrantes do nordeste cearense e piauiense.

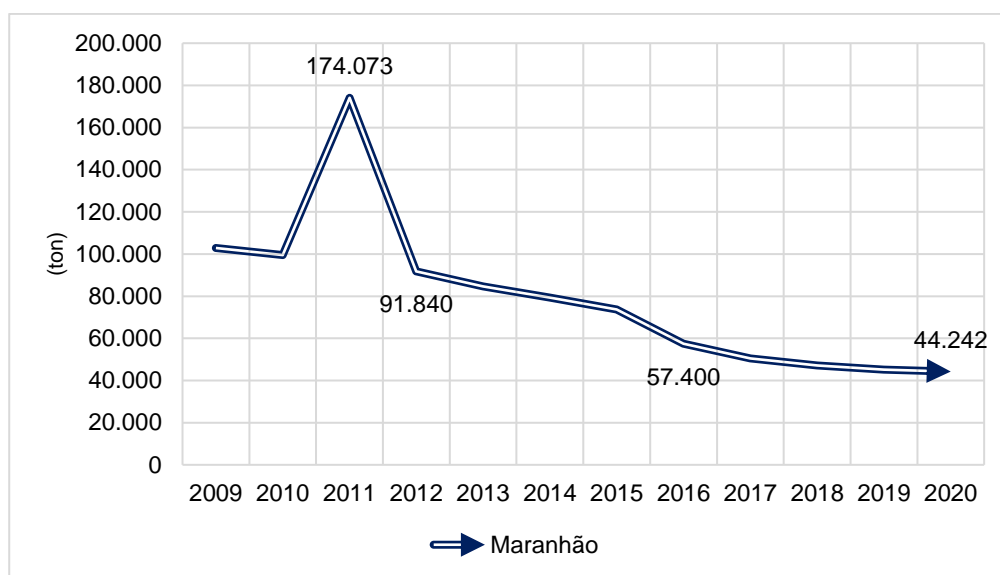
O processo de acumulação da economia maranhense, no início do século XX, é bastante inexpressiva. Foi durante o período da primeira guerra mundial que o babaçu começou ganhar notoriedade no mercado externo, tornando-se grande responsável pela ocupação da população rural e geração de renda, havendo um comportamento crescente entre as décadas de 1920 e 1970 (ARCANGELI, 1987, p. 102).

O progressivo e contínuo fluxo de mão de obra e de ocupação nordestina se constitui como o principal fator responsável pela significativa produção de arroz e mandioca, e a rápida expansão e relevância do babaçu no Estado. Visto que, a base na qual se organiza o processo produtivo de babaçu, é proveniente exclusivamente de produção familiar, tendo a mão de obra feminina papel fundamental (MESQUITA, 1990).

A princípio, a produção de babaçu se desenvolve de forma simplória, tendo em vista, as restrições dos mercados internos e externos. A oferta de babaçu entre 1960 e 1990 cresce em taxas modestas, sendo 1980, o seu melhor ano produtivo com 171.973 mil toneladas de babaçu (ARCANGELI, 1987).

Na medida em que o babaçu assume papel relevante no cenário econômico da agricultura maranhense (1920-1980), devido à valorização que o mesmo passa a ter para os diferentes segmentos sociais envolvidos no seu processo produtivo, notam-se alguns impactos. Em primeiro lugar, esses impactos dizem respeito a questão da apropriação da renda gerada pelos mais diversos seguimentos envolvidos (produtores, intermediários, comerciantes), que ocorre de forma desigual. Entretanto, apesar de funcionar como um importante elemento amortizador da crise (têxtil- algodão), seu “bum” produtivo é insuficiente para desenvolver uma nova dinâmica de acumulação, daquelas registradas no período do açúcar e do algodão, no século passado (SWERTS, 2009; MESQUITA, 1990).

A quebra do coco babaçu é realizada pelos seguimentos mais vulneráveis no campo, principalmente no Maranhão. Em áreas de ocorrência de babaçu, muitos domicílios relacionados atividade extrativista é de responsabilidade das mulheres, tendo no extrativismo sua única fonte de renda e subsistência. Segundo Porro (2019), em domicílios rurais onde extrativismo é praticado, é ainda frequente a participação de mais de um membro da família na atividade (PORRO, 2019).

Gráfico 3 – Produção e babaçu (amêndoas) no Maranhão

Fonte: IBGE (2020), elaborado pelo autor (2022)

O gráfico 3 acima, expõe, a partir de dados do (IBGE), o volume de amêndoas produzidas desde 2009 a 2020 no Maranhão, os dados indicam uma forte expansão desse volume produzido entre 2010 e 2011, tendo 2011 uma produção de 174 mil toneladas de amêndoas de babaçu, seguidos de uma oscilação negativa entre os anos seguintes, chegando a produzir 57 mil toneladas em 2016 e 44 mil toneladas em 2020. Assim, à redução no número de estabelecimento de extrativismo de babaçu se estabelece em grande parte por novos projetos agroflorestais e constantes reestruturações industriais (IBGE, 2020; PORRO, 2019).

No Maranhão estão localizados 92% das localidades engajadas no extrativismo do babaçu. Segundo dados do (IBGE), estima-se que sejam 48.536 localidades, distribuídas entre 174 municípios. Dentre esses domicílios produtivos, 42 municípios encontram-se na porção central do estado, 41 no Leste, 47 no Norte, 14 no Sul e 30 ao Oeste do Maranhão. Entre o maior número de domicílios atuantes no extrativismo do babaçu destaca-se o Médio Mearim, Baixada Ocidental Maranhense, Caxias, Chapadinha, Pindaré, Itapecuru Mirim, Presidente Dutra, Chapadas do Alto Itapecuru, Alto Mearim e Grajaú (PORRO, 2021, 2019; IBGE, 2020).

3.2 O EXTRATIVISMO EM IMPERATRIZ: UMA ABORDAGEM DA DINÂMICA ECONÔMICA GEOGRÁFICA

Historicamente o processo de ocupação de Imperatriz se originou concomitantemente ao processo de ocupação do sul do estado do Maranhão, onde foi desencadeado pela conjunção de três grandes correntes de povoamento do território, sendo, pois, as frentes litorânea, sertaneja e paraense, como podem ser observadas no esquema abaixo (figura 2), (SOUSA, 2013)

Figura 1 – Frentes de ocupação do Sul do Maranhão

Frente Litorânea	Frente Sertaneja	Frente Paraense
Essa frente de ocupação entra pelo litoral maranhense, a partir da Fundação de São Luís em 1512. No início pouco interessada no sertão maranhense. Depois da início a tímidas incursões ao interior do estado.	Foi constituída por migrantes fugidos da seca, sendo orientada pela criação do gado e a busca de melhores condições de vida. Foi ele responsável pela colonização do Sul do Estado do Maranhão tendo com o pontos de partida o Pastos Bons.	Foi responsável pela ocupação do território de Santa Tereza de Imperatriz (Atual Imperatriz). A partir de umas das diversas expedições dirigidas pelo Governo do Estado do Pará, que tinham como objetivo aldear índios. Surgiu essa povoação em 1852.

Fonte: Franklin (2008). Adaptado pelo autor (2022)

A frente de ocupação paraense foi responsável pela ocupação do sudoeste maranhense, tendo como fundamental característica a iniciativa governamental paraense para ocupação de território. A frente de ocupação litorânea tem como principal característica as atividades agroexportadoras. Já a frente de expansão sertaneja, foi uma frente fortemente constituída pela atividade de criação de gado “atividade pastoril”, iniciado em meados do fim do século XVI (FRANKLIN, 2008).

O atual dinamismo econômico e comercial que caracteriza a cidade de Imperatriz teve início a partir da década de 1980 quando ela se tornou importante entreposto comercial entre o Pará e Goiás. Este fato se deu sob à implantação da rodovia BR-010, que deu início a expansão urbana e desenvolvimento econômico (COUTINHO,1994).

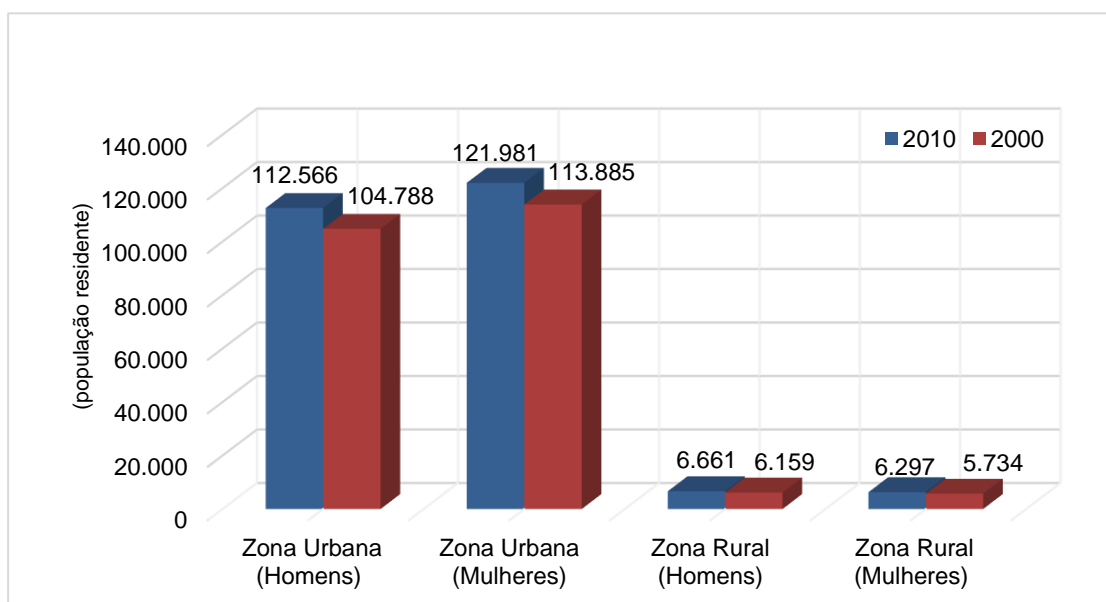
O desenvolvimento econômico de Imperatriz está intrinsecamente relacionado ao seu crescimento urbano. Dessa forma, cabe ressaltar que, o município passou por quatros momentos distinto de urbanização e dinamismo econômico. O primeiro momento corresponde ao início do baixo índice populacional. O segundo momento, corresponde ao surgimento de atividades econômicas primárias e extrativistas

(pecuária, seringueira, extração de castanha, extração de madeira e cultivo de arroz, que promoveram o desenvolvimento econômico e estrutural da cidade). O terceiro momento é marcado pela emancipação de grande parte das áreas rurais, levando conseqüentemente ao um aumento da população urbana. O quarto momento, até agora, tem sido marcado como o momento de estabilidade entre as áreas rurais e urbanas e desenvolvimento socioeconômico (SOUSA, 2013).

O crescimento populacional urbano de Imperatriz perpassa por expressivas transformações, em parte contribuído pelas constantes migrações existentes na cidade, em função dos ciclos econômicos do arroz, da pecuária, do ouro, da madeira e do trabalho que é também, historicamente um fator expressivo na cidade, tanto para atração quanto repulsão de pessoas (SOUSA, 2013).

Quanto à tipologia populacional, os dados revelam que o crescimento urbano de Imperatriz ganhou mais intensidade entre os anos de 2000 a 2010 (gráfico 4). Tendo em vista que, recentemente, a difusão de grandes projetos econômicos vinculados a produção agroexportadora, aceleraram o desenvolvimento econômico e estruturação e consolidação da população urbana, em relação a sua população rural.

Gráfico 4 – Evolução da população rural e urbana por gênero

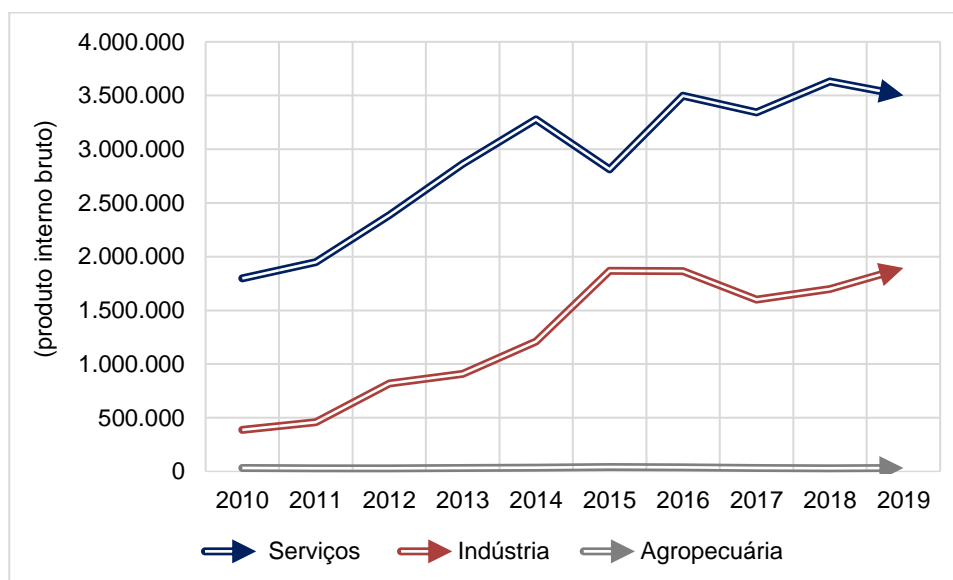


Fonte: IBGE (2020), elaborado pelo autor (2022)

O município possui relevante participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. A distribuição setorial do seu PIB corresponde a 0,77% na agropecuária,

34,78% na indústria e 64,45% no setor de serviços, tendo assim como força matriz de sua economia o setor de comércio e serviços (gráfico 5), (IBGE, 2020).

Gráfico 5 – Produto Interno Bruto de Imperatriz



Fonte: IBGE (2020), elaborado pelo autor (2022)

Esses fatores de centralidade também possuem sua dinâmica baseada nos investimentos estruturadores, nos bens e serviços e no fluxo de pessoas. Por sua vez, tais fatores estão relacionados ao aumento do fluxo de capitais, da circulação de mercadorias e informações, representando uma revolução logística baseada em: articulação e expansão de redes internacionais, cidades industriais que surgem próximas das fontes de matéria prima ou dos eixos de comunicação de transportes, na indústria têxtil e nas indústrias separadas fisicamente e integradas organizacionalmente (SOUSA, 2013).

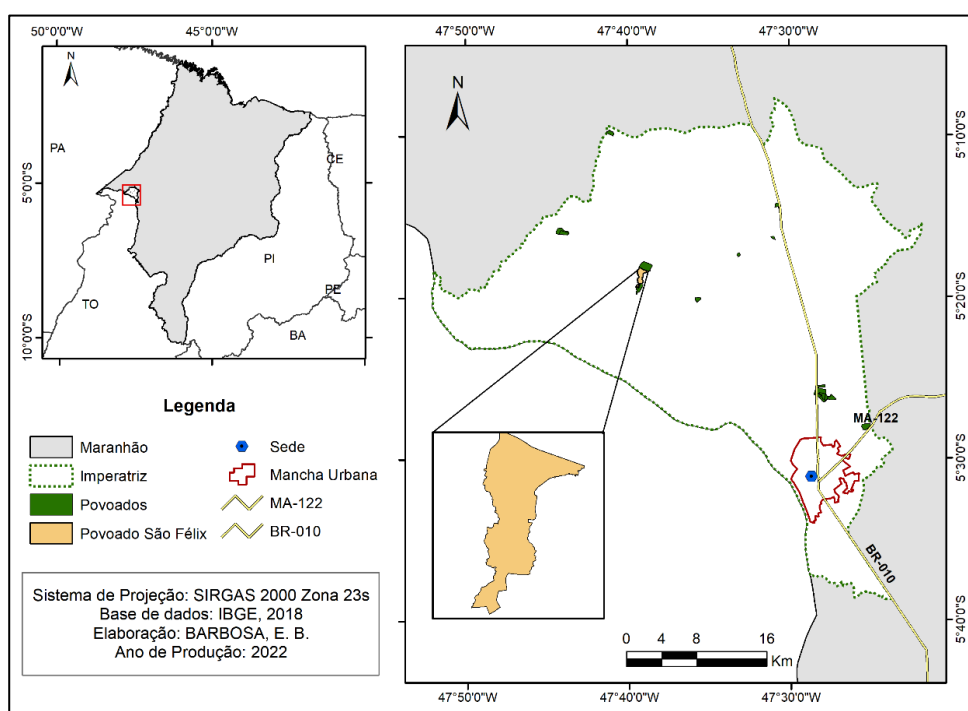
Portanto, em Imperatriz, o avanço da silvicultura de eucalipto, sobre áreas antes destinadas a produtos de subsistência e agricultura familiar, tem reconfigurado o território. A produção de subsistência vem perdendo espaço para agronegócio e atividades de monocultura. Visto outrora que, a economia imperatrizense diante de seu processo de formação possui intensa ligação histórica com diversas forma de trabalho rural, como a agricultura familiar, atividades de autoconsumo e produção de subsistência (SOUZA, 2013).

4 UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NO POVOADO SÃO FELIX

4.1 POVOADO SÃO FELIX: LOCALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Localizado na zona rural de Imperatriz-MA (figura 2), o povoado São Félix foi desde a sua fundação na década de 1950, uma área agrícola destinada à produção de arroz de onde é derivado o nome estrada do arroz, uma alusão a via que dá acesso a esta localidade.

Figura 2 – Localização do povoado São Felix, Imperatriz-MA



Fonte: IBGE (2018), elaborado pelo autor (2022)

A comunidade das quebradeiras de coco possui associação com sede própria no povoado (figura 3), constituída em 21 de novembro de 2001. A comunidade não possui fins lucrativos e é composta por número ilimitado de associados, sem distinção de cor, crença, raça, sexo, categoria social ou partidária, tendo com única exigência que a extração do coco babaçu, seja sua principal atividade econômica ou complementar. A associação possui como presidente da associação a senhora Raimunda Fernandes dos Reis “Dinha” como é popularmente conhecida. Todas as informações da instituição constam no estatuto social das quebradeiras de coco e do

livro “coco babaçu”, o estatuto possui 43 artigos onde estão definidas as formas de extração e comercialização do produto assim como as diretrizes que todos devem seguir para manter viva a cultura e renda obtidas do extrativismo do coco.

Figura 3 – Sede das quebradeiras de coco no povoado São Felix



Fonte: O autor (2022)

O extrativismo de coco babaçu, desenvolvido pelas famílias do povoado São Félix, é estritamente destinado a economia de subsistência e fonte de renda completar, palmeira típica desta área de transição do bioma amazônico e cerrado sempre serviu como complemento da renda familiar de seus habitantes, tanto com a extração para a fabricação do azeite de coco, seu principal produto, quanto para a fabricação do sabão de coco, carvão, e até mesmo a utilização das palhas para a cobertura e tapagem das moradias.

4.2 UMA ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA E TERRITORIAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO POVOADO DE SÃO FELIX

A palmeira do babaçu da Família Aceraceae encontra no povoado São Félix, é de origem brasileira e nativa da região Amazônica e mata Atlântica no estado da Bahia. A raiz é do tipo fasciculado típico de plantas monocotiledôneas, com estipes característicos por expor restos de folhas velhas que caíram no seu ápice, podendo atingir de 10 a 30 metros de altura. As folhas são compostas, arqueadas, chegando a

8 metros de comprimento, constituídos de folíolos dispostas em relação ao pecíolo central, fixado ao caule por meio de bainhas (figura 4).

Figura 4 – Palmeiras de babaçu do povoado São Felix



Fonte: O autor (2022)

Cada palmeira pode produzir em médias 300 a 500 frutos, pode suportar entre 3 a 6 cachos por palmeira (BRASIL, 2016). Cada palmeira frutifica, produz cerca de 2.000 frutos anualmente, cada coquilho de coloração castanha e com formato oval alongado, pode produzir de 1 a 8 amêndoas. As amêndoas comumente possuem composição média de 7,25 de proteína, 66% de óleo, 18% de carboidratos e 7,80% de materiais minerais (BRASIL, 2016), possuem cor branca com uma leve cobertura de película castanha.

A palmeira do babaçu se desenvolve espontaneamente sem cultivo, multiplicam-se por meio das sementes (cocos), característicos de regiões quentes. O processo produtivo dos cocos pode variar bastante, e o auge do seu florescimento acontece entre janeiro e abril, tendo os frutos amadurecidos entre agosto e dezembro (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012).

O babaçu é muito conhecido entre populações brasileiras tradicionais e, dependendo da região ele também pode ser chamado de coco de palmeira, coco de macaco, coco-pindoba, baguaçu, uauaçu, catolé, andaiá, andajá, indaiá, pindoba, pindobassu, e vários outros nomes. Existem muitas espécies de babaçu, mas as mais conhecidas e que tem o uso mais difundido são *Attalea pharelata* e *Attalea spiciosa*. Nessas regiões, o babaçu é encontrado principalmente em formações conhecidas como babaçuais que cobrem cerca de 196 mil km² do território brasileiro, com ocorrência concentrada nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, na região conhecida como mata dos cocais (transição entre caatinga, cerrado e Amazônia). (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012, p.13).

As quebradeiras de coco no povoado São Felix, além de trabalharem com a agricultura familiar, parte delas, praticam o extrativismo vegetal do coco babaçu, do qual utilizam tanto para consumo como para comercialização, tendo como os principais produtos comercializados, o óleo de babaçu orgânico, azeite, sabão de coco, carvão de casca de babaçu e adubo de palmeira (figura 5).



Fonte: O autor (2022)

O modo de extração do coco babaçu permanece inalterado, visto que ainda é realizado de forma artesanal, em condições de extrema dureza, executado por as quebradeiras de coco. O processo de beneficiamento da matéria-prima, ocorre de forma rudimentar diante da baixa disponibilidade de equipamentos, como é o caso do processo de beneficiamento do óleo do azeite de coco, produzido na unidade de São Félix.

O óleo de coco possui grande versatilidade, é utilizado na indústria alimentar quanto na indústria de cosméticos e a torta (casca) residual do coco babaçu é comercializado como carvão ou adubo (figura 6). A renda média das quebradeiras de coco no povoado São Félix, varia de 1 a 3 salários mínimos para 5 a 6 pessoas, com jornadas de trabalho de 21 a 30 horas semanais, grande maioria dessas mulheres é chefe de família, alfabetizadas e não alfabetizadas. Muitas dessas mulheres possuem mais de 15 anos trabalhos imersas a atividade extrativista de babaçu, atividade essa desenvolvida como forma de renda formal ou complementar.

Figura 6 – Variedade de comercialização do coco babaçu, povoado São Félix



Fonte: O autor (2022)

Alguma das principais preocupações das quebradeiras de coco no povoado em destaque pontua-se primordialmente na preservação e conservação de áreas naturais de babaçuais, diante de constantes movimentos de degradação, torna-se cada vez mais inalcançável, pois muitas dessas áreas estão abrindo espaço especialmente para silvicultura de eucalipto e criação de pastagem.

Com a implantação da unidade fabril da Suzano Papel e Celulose, na zona rural de Imperatriz, o cotidiano do trabalhador rural circunscrito às margens dessa área, se estabeleceu com um compilado de dificuldades no modo de vida dessas pessoas. Evidenciado pela diminuição das atividades ligadas ao extrativismo de coco babaçu e agricultura familiar, levando muitos moradores a buscarem novos condicionantes de vida ou trabalhos temporários no centro urbano ou em outros estados.

O intensivo plantio de eucalipto da empresa Suzano Papel e Celulose, a fim de manter seu processo produtivo contínuo, afetam drasticamente florestas, rios e riachos (figura 7). Os extrativistas e trabalhadores da agricultura familiar se encontram cada vez mais ameaçados, visto que, os recursos naturais destinados as práticas tradicionais, estão cada vez mais se tornando escassos, servindo a outros propósitos (SANTOS, 2015).

À frente das novas políticas de terra, os residentes do povoado, passaram a desenvolver novas técnicas, criando novas práticas que passaram a fazer parte de seu novo modo de vida. As constantes transições levaram aos moradores da estrada do arroz, e, sobretudo, do povoado São Félix, a perderem seu acesso à terra e aos recursos naturais ali existentes, desencadeado pela venda de propriedades e

desapropriação territorial, contribuindo de forma direta para reestruturação funcional e ocupacional desses moradores (PORRO, 2021, 2019).

Figura 7 – Áreas plantio de eucalipto próximo ao povoado São Felix



Fonte: O autor (2022)

Ainda assim, mesmo diante das constantes manifestações, muitos indivíduos ainda enriquecem e potencializam atividades de tradição rural agrícola, como extrativismo vegetal de subsistência e a agricultura familiar. A conservação de uma determinada comunidade e seu desenvolvimento está inevitavelmente atrelada ao seu território e seu espaço de manutenção simbólica, práticas culturais, sociais, econômica e religiosa. A identidade territorial de um povo é visível segundo sua definição territorial somada aos seus costumes de demarcação, limite e fronteira.

A perda de terra pelos moradores do povoado São Félix, e outras localidades situadas a via de acesso da “estrada do arroz”, levou a privação desses moradores de exercer suas identidades tradicionais “rurais” e territoriais de valorização e diversidade no acesso à terra e recursos naturais (SANTOS, 2015).

O território caracteriza-se como um espaço relacional que se estrutura no tempo como produto de sedimentação cultural, um processo identitário que se instaura entre comunidade e espaço que ela se apropria (POLLICE, 2010). Em outras palavras pode se dizer que, a identidade territorial, povoado São Félix, nasce por meio de um processo autorreferencial colocado em ação por parte da comunidade que se apropria culturalmente do âmbito espacial. Evidenciando às quebradeiras de coco do povoado, uma relação de pertença identitária em relação ao território onde vivem,

identidade essa que advém de herança familiar, expertise funcional (é só que sabem fazer) e necessidade de subsistência (POLLICE, 2010; HAESBAERT, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo permitem nos visualizar o contexto atual do extrativismo de coco babaçu e a sua utilidade como meio de subsistência e engajamento social das famílias do povoado São Félix, que aqui são analisadas com base em sua dinâmica social e produtiva.

A produção de subsistência extrativista, no povoado em destaque, vem ao longo dos anos, diante de constantes reestruturações produtivas e territoriais, perdendo espaço para atividades pecuárias e extensas monocultura de eucalipto. As constantes transformações, decorrente do avanço industrial em Imperatriz, levaram os moradores do povoado São Félix, sobretudo as quebradeiras de coco babaçu, a perderem seu acesso à terra e aos seus recursos naturais, incitado pela venda de propriedades e desapropriação territorial. A realidade de vários moradores do povoado São Félix e localidades vizinhas, com o avanço da silvicultura de eucalipto, em áreas que antes eram destinadas a cultivo de subsistência e agricultura familiar, desenha-se de forma incerta e limitante, a frente do capital dominante.

Dessa forma, diante do seu meio exclusivo de subsistência, a principal preocupação das quebradeiras de coco no povoado, pontua-se primordialmente na preservação e conservação de áreas naturais de babaçuais, diante de constantes movimentos de degradação e territorialização. A construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu, está marcada pelo uso intenso do território e pelas formas de organização e espacialização desse grupo de pessoas, frente sua atividade econômica, diante disso, sendo o extrativismo de babaçu uma atividade de tradição rural agrícola, ver-se segundo a visão de muitas quebradeiras de coco, a importante necessidade de preservação dos espaços e a continuidade do ofício de forma hereditária, a fim de manter sua identidade cultural viva.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, A. **O mito da terra**: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 1987.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Babaçu**: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. Brasília, DF: MMA, 2016.

CALDO, C. **Geografia humana**. Palermo: Palumbo, 1996.

CARRAZZA, L. R.; SILVA, M. L.; ÁVILA, J. C. C. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu** (*Attalea spp.*). Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**, v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Boletim da Sociobiodiversidade**, Brasília - DF, v. 5, n.5, outubro, 2021.

CORREIA, A. M. **A Agricultura Familiar versus A Agricultura de Subsistência no âmbito da Segurança Alimentar no Espaço dos países da CPLP**. Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas, Fundação FIOCRUZ, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Rio de Janeiro, 2013, p. 119-133, 2013.

COUTINHO, M. **Imperatriz: subsídios para a história da cidade**. São Luís: Sioge, 1994.

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia brasileira**: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília (DF): IPEA, 2004, p.19-50.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

HAESBAERT. R. Identidades Territoriais. In: CORREA. R. L. e RODENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e Possibilidades. In: CLUSEN-GOLDT, Miguel; SACHS, Ignacy. **Extrativismo na Amazônia Brasileira**: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional. Compêndio MAB 18. UNESCO, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e região geográfica intermediária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. **Produção Vegetal e da Silvicultura**. v.35, Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MATOS. E. M. G. de. **Uma análise sobre o programa nacional de educação em áreas de reforma agrária (proneira) no contexto de alfabetização de mulheres extrativistas**. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação São Francisco. Pedreiras (MA), 2013.

MATOS. F.; SHIRAISHI. J.; RAMOS. V. **Acesso a terra, território e recursos naturais**: a luta das quebradeiras de coco babaçu. 2015. Artigo elaborado para ActionAid Brasil. Disponível em: https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022

MESQUITA, B. A. de. **Aspectos gerais sobre a agricultura maranhense no século XX**. São Luís, 1990 (mimeo).

MESQUITA, B. A.; MOTTA, C. M.; PEREIRA, J. J.; FERREIRA, N.C.; BARBOSA, Z. M. Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (Orgs.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015, p. 225-320.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. (Tradução de Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira). **Espaço e Cultura**, (27), 7-23, 2010. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539>.

PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, 2019.

PORRO, R. Engajamento diferenciado no extrativismo do babaçu: uma análise para o início dos anos 2020. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 59.; ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 6., 2021, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF): Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE). 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, A. P. dos. **"O bicho está em todo lugar"**: estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) - da Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

SOUSA, J. de M. As formas atuais da urbanização amazônica e os seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz-MA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

SWERTS, L. A. **Políticas de desenvolvimento organização do território e participação**: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2009, 168 p.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. 36p.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; DOS SANTOS, R. A. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11-11, 2005.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO POVOADO SÃO FÉLIX – MA

Pesquisa: Economia de Subsistência e Identidades Territoriais: as quebradeiras de coco babaçu no Povoado São Félix, Imperatriz-MA

Autor: Edemilson Bandeira Barbosa

Público Alvo: AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO POVOADO SÃO FÉLIX - MA

Questionário nº _____

Data: _____

Hora: _____

01. Qual sua idade? _____

02. Qual seu nível de escolaridade?

() não alfabetizado

() ensino médio incompleto

() alfabetizado

() ensino médio completo

() ensino fundamental incompleto

() ensino superior incompleto

() ensino fundamental completo

() ensino superior completo

03. Quantas pessoas moram com você e quem são? (filhos, irmãos, amigos)

04. A casa onde você mora é?

() Própria

() Alugada

() Cedida

05. Qual a renda familiar? Somando a renda mensal de todos que moram com você.

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.212,00)

() 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.212,00 a R\$ 3.636,00)

() 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.636,00 a R\$ 7.272,00)

06. Como o coco babaçu contribui na sua renda familiar?

- atividade de complementação da renda familiar
- principal atividade de renda familiar
- única atividade da renda familiar

07. Quantas horas semanais você trabalha na atividade da extração do coco babaçu?

- Sem jornada fixa
- Até 10 horas semanais
- De 11 a 20 horas semanais
- De 21 a 30 horas semanais
- De 31 a 40 horas semanais
- Mais de 40 horas semanais

08. Com que idade você começou a trabalhar na quebra do coco babaçu?

09. Qual(is) a(s) finalidade(s) do extrativismo do coco babaçu? (Poderá ser marcado mais de uma alternativa)

- subsidio familiar
- produção de artesanato
- produção de carvão
- produção de azeite
- produção de sabão
- produção do leite de coco
- venda da amêndoa a terceiros

10. Existe alguma cooperativa que gerencia a atividade de extração do coco babaçu na sua comunidade? (Se a resposta for não pule para questão seguinte).

- Sim. Qual? _____
- Não

11. Você está associado a ela?

- Sim
- Não

12. Quais dos fatores a seguir afetam a diminuição da quebra do coco babaçu na sua comunidade?

- desmatamento/criação de animais
- êxodo rural
- desinteresse dos jovens pela prática
- desvalorização do produto a ser comercializado(amêndoa do coco babaçu)

13. Quais os benefícios a existência de cooperativa pode(ria) trazer para as comunidades? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- () aumento da renda
- () realização de cursos de capacitação
- () valorização da comunidade
- () preservação da prática da quebra do coco babaçu
- () fortalecimento cultural das comunidades
- () diminuição do êxodo rural
- () melhora nas políticas públicas nas comunidades
- () diminuição do desmatamento

14. O que levou você a praticar a quebra do coco babaçu?

- () necessidade de trabalhar para ajudar a família
- () falta de oportunidade de trabalho em outra atividade
- () tradição da atividade na família
- () interesse pessoal pela atividade

15. Quais são as práticas que dificultam a conservação da biodiversidade e dos babaçuais?

- () Desmatamento
- () Contaminação dos babaçuais
- () Queimadas
- () Aumento dos pastos
- () Uso de agrotóxicos